

J. Chasin e a tese da "Via Colonial"

Sabina Maura Silva*
Antônio José Lopes Alves**

Resumo:

O presente artigo pretende explicitar as principais determinações categoriais e a articulação destas, que constituem a tese da *Via Colonial* de desenvolvimento da sociabilidade capitalista. Cunhada por José Chasin como uma das resultantes teóricas mais importantes de sua pesquisa de doutoramento empreendida em torno do pensamento conservador no Brasil, especificamente o integralismo de Plínio Salgado, a proposição em questão se apresenta na obra do pensador brasileiro como explicação da rota particular de constituição e consolidação do capitalismo entre nós, bem como das manifestações político-ideológicas havidas na sociedade brasileira. Caracterizado como de matriz atrofico, dado o caráter incompleto do capital sobre o qual se assenta, o conjunto de relações que perfazem o capitalismo brasileiro é entendido como uma forma específica e peculiar de entificação do capital, a qual somente pode ser entendida em remetimento às suas condições históricas igualmente particulares. O que não significa a proposição de um “capital brasileiro”, mas de uma articulação entre as dimensões gerais e particulares de desenvolvimento do capital na sociedade brasileira. Além disso, pretende-se explorar as implicações e prospectivas relativas ao esgotamento ou à superação dessa forma de ser capital pelo desenrolar histórico mundial recente.

Palavras-chave:

Marxismo; Capital; Capitalismo hiper-tardio; Via Colonial; Brasil.

J. Chasin and the thesis of “Via Colonial”

Abstract:

This article identifies the main categorical determinations and their articulation in what represents the thesis of the Via Colonial of development of capitalist sociability. Conceived by José Chasin as one of the most important theoretical results of his doctoral research on the conservative thought in Brazil, specifically the Plínio Salgado's integralism, the proposition is presented in the work of this Brazilian thinker as an explanation of the particular route of formation and consolidation of capitalism among us, and the ideological-political manifestations held in Brazilian society. Characterized as from an atrophic matrix, due to the , incomplete nature of the capital on which it rests, the set of relationships that distinguish Brazilian capitalism is understood as a specific and peculiar form of capital's objectification which can be understood only considering the Brazilian specific historical conditions. That does not imply the proposition of a “Brazilian capital” but a link between the general and individual aspects required for the development of the capital in Brazilian society. Moreover, the paper is intended to explore the implications and prospects of the “Via Colonial” exhaustion or at least how this form of being capital was overcome by the changes in recent world history.

Key words:

Marxism; Capital; Hyper-late Capitalism; Colonial Way, Brazil.

* Graduada em história pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte, graduada e mestre em filosofia pela UFMG, doutoranda em educação pela UFMG, professora do Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira da Fundação Helena Antipoff-MG.

** Graduado e mestre em filosofia pela UFMG, doutorando em filosofia pela Unicamp, professor do Coltec - UFMG.

I

Observando-se com atenção e discernimento rigorosos o cenário da produção marxista no Brasil durante o século XX, percebe-se que uma das contribuições mais importantes para o conhecimento da realidade nacional é a consubstanciada na tese da *Via Colonial*. Denominação cunhada por Chasin, tendo como referência crítica a determinação de “Via Prussiana” (Chasin, 1999, pp. 571-572), refere-se à forma particular de objetivação do modo de produção capitalista no Brasil e em países que tiveram configuração histórica de extração colonial. É um “modo e estágio de ser, no ser e no ir sendo capitalismo” (Chasin, 1999, p. 568).

Há que ressaltar, inicialmente, a diferença específica com relação tanto à sua antecedente imediata, acima referida, quanto às demais que pretendem amoldar cognitivamente a realidade a partir de modelos culturalistas ou antropológicos¹. Não pretende ser, nem pode ser tomada, como um modelo metodológico ou *tipo ideal* teórico. Ao contrário, constitui-se em uma compreensão teórico-explicativa de um processo efetivo, de um modo de ser das categorias que perfazem o capital num ambiente histórico-social determinado. Em outros termos, trata-se da análise de um contexto de relações historicamente forjadas, em muito distinto daquelas configurações societárias que objetivaram o modo de produção capitalista da maneira reconhecida por Marx como *casos clássicos*, especificamente os processos ocorridos na Inglaterra e na França. Separa-se, assim, inclusive, da formação ideal consagrada por Lenin, a qual Chasin assume como primeiro ponto de partida. Ponto de partida de um itinerário que não é repetido ou apenas repostado no caminho a ser trilhado, mas serve como plataforma reflexiva a ser superada pela apreensão dos nexos particulares efetivos do processo socioeconômico brasileiro. É o desvelamento argumentativo da processualidade concreta do capital conforme se formou e se consolidou entre nós. Dessa maneira, a *Via Colonial* é um caminho particular em direção ao “verdadeiro capitalismo”, “posto pela forma do capital industrial” (Chasin, 1999, p. 575). Refere-se à “particularidade de uma formação imperialisticamente subsumida, e que principia hiper-tardamente a consecução da forma industrial de produção” (Chasin, 1999, p. 588). Portanto, “Via Colonial” designa o processo híper-tardio de constituição da industrialização brasileira, processo este que se dá sob a subordinação imperialista. Nesse sentido, a proposição chasiniana não é, pois, uma forma vazia à espera de conteúdos históricos empiricamente recolhidos, os quais seriam ordenados por uma taxonomia sociológica ou historiográfica.

É, por conseguinte, uma construção ideal de caráter científico-filosófico que

1. Referimo-nos aqui a abordagens presentes, por exemplo, em *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda.

projeta apanhar ou flagrar as determinações próprias ao processo de objetivação do capitalismo brasileiro. Tal como identificadas por Chasin, objetivações capitalistas tardias e híper-tardias, “não são acompanhadas pelo progresso social que marca os casos clássicos” (Chasin, 1999, p. 579). Ou seja, o desenvolvimento material está dissociado do desenvolvimento social. Esta apreensão se mostra vital para entender correta e justamente as desventuras e mazelas reconhecidas no desenvolvimento da vida social brasileira; pense-se, a este respeito, na irresolução crônica da questão do estado, para não referir à já igualmente maltratada, prática e teoricamente, demanda social, sempre confundida, em sua emergência e enfrentamento, com desafios postos pela falta de “vontade política”, de “solidariedade” e de administração proba de “políticas sociais”. A tese da *Via Colonial* impõe, na enunciação de seus pressupostos e argumentos, bem como na conseqüência rigorosa de suas implicações teóricas e ideológicas, a recusa decidida dos modos habituais de se porem os problemas da difusão aparentemente desproporcional da riqueza socialmente produzida, porquanto identifica na particularidade do processo brasileiro a constituição igualmente peculiar das estruturas que equacionam e regulam o fluxo da corrente de distribuição. Tomando por base o preceito marxiano da determinação das formas de distribuição por aquelas da produção, Chasin arrima o formato da sociedade brasileira na sua constituição histórica concreta. Desse modo, a

decisão estruturante (que se dá no interior das nações: “onde na imediaticidade é *decidido* quem vive e come, material e espiritualmente, e de que maneira”) diz respeito, em suma, à relação entre *evolução nacional* e *progresso social* e (...) é muito diversificada no interior da universalidade do capital. Retomando os exemplos da história da França e da Inglaterra, constata-se que ambos se apóiam e estimulam mutuamente, em contraste com o que se passou na Alemanha, onde a evolução nacional se afirmava contra o progresso social. A contraposição, sob as condições de existência geradas pela *Via Colonial*, é ainda mais perversa, porque a evolução nacional é reflexa, desprovida verdadeiramente de um centro organizador próprio, dada a incompletude de classe do capital, do qual não emana nem pode emanar um projeto de integração nacional de suas categorias sociais, a não ser sob a forma direta da própria excludência do progresso social, até mesmo pela nulificação social de vários contingentes populacionais (Chasin, 1989, p. 49).

Perversidade histórica que não é fruto simplesmente de uma debilidade antropológica das classes dominantes em se fazerem como tais no sentido de um mínimo progresso humano universalizado ou, pior ainda, por uma maldade e/ou idiotia inatas, e sim por via de conseqüência do processo histórico no qual se deu efetivamente a *invenção do Brasil*. O que não significa a construção de uma mera genealogia do capital brasileiro, coisa tão ao gosto das humanidades atuais, levadas em sua discursividade pelos caminhos das correntes filosoficamente dominantes, de extração nietzschiana e heideggeriana. Ao contrário, a reflexão de Chasin propõe a reconstrução catego-

rial do desenvolvimento histórico de uma formação social concreta, e não apenas a narrativa do incremento de um gérmen cuja “face é a de um embrião maldito condenado a uma gestação eterna. Cresce e encorpa na reprodução de sua incompletude, engrossando sempre mais os cordões umbilicais que o atam às fontes que o tolhem e subordinam” (Chasin, 2000, p. 158). História que se tece com fios a esgarçar-se a cada trama urdida no tear das relações societárias capitalistas no Brasil. Apartamento de fios, separação da urdidura que perfaz não o nada, mas uma dada configuração de *ir sendo capital*, que se revela incompleto em seus momentos de inflexão e de reprodução socioeconômica, assim como desvela a sua própria incompletude como um dos traços distintivos de sua totalidade concreta. Totalidade de relações de produção que, na sua figura castrada e claudicante, foi-se consolidando temporalmente como um modo particularizado de articulação das categorias do capital em terras brasileiras. Modo de ser das categorias que explica e implica sua atrofia original, sua figura lacunar primitiva, continuamente reproduzida e ampliada, em associação – necessariamente subordinada – com os capitais centrais, as diversas incompletudes sociais que dilaceram a sociabilidade brasileira, e elevam a potências inimagináveis os dilaceramentos imanentes à ordem do capital enquanto tal: “Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrofico e de sua (des)ordem social e política, a reiteração da exclusão entre evolução nacional e progresso social é sua lógica” (Chasin, 1989, p. 49).

Consolidação histórica concreta de um modo de capitalismo que fez da reprodução de sua rombuda limitação o meio próprio de ir existindo como forma moderna de sociabilidade. Frise-se *forma moderna*, na medida em que nunca se tratou da reedição curiosa e intempestiva de modalidades de ordenamentos sociais já superadas nas sociedades centrais. Não sendo a permanência de *restos feudais* ou coisa parecida, nem que seja pela razão de que, empiricamente, a brasilidade se gesta no interior de um processo econômico já ele mesmo tipicamente moderno. É a processualidade da existência de uma forma atrofica de capital, com todo o séquito de relações sociais que o acompanham necessariamente:

Em síntese, à *Via Colonial* de efetivação do capitalismo é inerente o estrangulamento da potência auto-reprodutiva do capital, a limitação acentuada da sua capacidade de reordenação social, e a redução drástica da sua força civilizatória. Desse modo, ao mesmo tempo em que encobrem por *inacabamento*, seus processos empuxam, pela via da *irresolução crônica* das questões mais elementares, a contradição entre capital e trabalho. (Chasin, 1989, p. 49)

Essa particularidade de desenvolvimento, a reprodução continuada e ampliada de uma restrição, realiza-se plenamente na ausência de uma revolução propriamente burguesa, ou ainda na sua impossibilidade original e visceral. Desse modo, o “novo” emerge sem que haja a superação do “velho”. A política, tão identificada – e pouco

compreendida – da formação de frentes e/ou de direcionamento de processos por meio de compromissos, os quais excluem obrigatoriamente qualquer menção a rupturas concretas e a demarcações históricas, encontra, a partir da compreensão da *Via Colonial*, então, a sua explicação:

Na particularidade da formação do capitalismo brasileiro (...) [é] marcadamente próprio desta a conciliação entre o historicamente *velho* e o historicamente *novo*, de tal forma que o *novo* paga pesado tributo ao *velho* no seu processo de emergência e vigência, o confronto entre as componentes agrária e industrial do modo de produção capitalista, no caso brasileiro, teria forçosamente de assumir modalidade específica; digamos assim, formas *abrandadas e veladas*. (Chasin, 1999, p. 566)

A história brasileira do capital, como historicidade concreta da incompletude e da não-ruptura, engendra a figura de suas *personas*, como formas peculiares de individualização e de classes sociais capitalistas. O que se gestou na rota de constituição da forma social capitalista brasileira foi uma burguesia à imagem das relações sociais de produção do capital que aqui vicejaram. Capital atrofico e, por conseguinte, atrofiante, que circunscreve e, no caso específico, adstringe o campo de possibilidades societárias. Incompletude de classe no âmbito econômico, no que tange às formas de organizar a extorsão social de *mais-valor*, a qual se expressa, conseqüentemente, no âmbito político, como uma espécie de inapetência para o domínio propriamente moderno. O que a ela restou foram as ilusões próprias à politicidade em geral, sem compartilhar das potencialidades sociais. Como bem observa Chasin,

Desprovido de energia econômica e por isso mesmo incapaz de promover a malha societária que aglutine organicamente seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro de dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político (Chasin, 1989, p. 49).

Logo, "*Politicista e politicizante*, a burguesia brasileira, de extração pela *Via Colonial*, tem na forma da sua irrealização econômica (ela não efetiva, de fato e por inteiro, nem mesmo suas tarefas econômicas de classe) a determinante de seu *politicismo*" (Chasin, 2000, p. 153). Por esse motivo, a burguesia brasileira

Nunca foi a cabeça de sua própria criação e nunca aspirou a não ser não ter aspirações. Não consumou suas luzes *políticas*, porque só abriu os olhos quando estas já estavam extintas. Nunca teve que desacreditar do ideal do estado representativo constitucional, simplesmente porque este nunca foi seu ideal de estado. Também não abandonou a salvação do mundo e os fins universais da humanidade, porque sempre só esteve absorvida na salvação amesquinhada de seu próprio ser mesquinho, e seus únicos fins foram sempre seus próprios fins particulares (Chasin, 2000, p. 159).

Modo de ser do capital atrofico que determina e condiciona o desenho não apenas das classes que dominam a produção – e exercem este domínio politicamente de maneira canhestra –, mas, igualmente, daquelas a estas contrapostas pela divisão

capitalista do trabalho. A figura social do trabalho, como expressão em classe, do fundamento real da produção do capital – uma vez que é impossível ser *processo de produção do capital* sem ser imediatamente *processo de produção, de trabalho* – acaba também se realizando como forma de ser social incompleta. E isso tanto em sua figuração concreta, no processo imediato de produção, como nível baixo ou retardatário de capacitação, quanto na expressão política de sua antítese social ao capital, na pessoa de suas agremiações de classe ou políticas. A incompletude de classe da burguesia brasileira determina a incompletude de classe dos trabalhadores:

A esquerda brasileira, portanto, não nasceu contra a cabeça e o corpo de um antigo revolucionário. Não se deparou com uma entificação histórico-social integralizada. Viu-se em face da integralização histórico-social de um inacabamento. (...) A crítica prática e teórica dos trabalhadores, aqui, não principiou por onde os proprietários haviam concluído. Estes não só não haviam terminado, como não podiam terminar nunca. E a esquerda bracejou no abismo do inacabamento do capital, convertida em empreiteira de uma obra por finalizar. Obra que, sob a mesma planta, jamais poderia ser sua (Chasin, 2000, p. 159).

Assim, como modo de ser da articulação das categorias do capital, a via de constituição do capitalismo brasileiro determina como espelhamento da incompletude de seu fundamento semelhante inacabamento da *persona* social a este contraposta. *Persona* social ou classe que enfrenta a dos detentores da massa de condições sociais objetivas da produção (como capital) no terreno minado por uma incompletude imanente e inerente. Capital que se reproduz na atrofia de sua essência e condiciona a predicação social e política de suas expressões como conflito entre classes. Como imagem especular do inacabamento do capital, a prática conflituosa específica do caso brasileiro impõe, curiosamente, às classes trabalhadoras, não o repto histórico de derrubar a forma social capital, mas sim de realizá-la de maneira completa. O que *de per se* se constitui num escândalo histórico-social, que vai caracterizar a anomia e a anemia das lideranças do trabalho e de suas expressões políticas. Conseqüentemente,

A esquerda brasileira nasce, portanto, submersa no *limbo*, entre o inacabamento de classe do capital e o imperativo meramente abstrato de dar início ao processo de integralização categorial dos trabalhadores. Alma morta sem batismo, não atina para a natureza específica do solo em que pisa, nem para a peculiaridade de postura e encargo que este chão dela demanda e a ela confere.

Posta entre a mera possibilidade genérica de uma revolução abstrata, e a realidade concreta de um capital incompleto e incompletável, a esquerda sucumbe, naturalmente, à presença real e às tensões e pressões efetivas da segunda. Entre a idealidade esgarçada de uma revolução incogitável e o credo na finalização necessária do capital, é arrastada para o *objetivismo* da empreitada que visa à última. É a subsunção aos nexos mortos do que fora a lógica do capital concluso. É a submissão à lógica extinta do ideário liberal. No caso, duas vezes morta: a primeira vez, enquanto cadáver ideológico da própria burguesia de “tipo europeu”; a segunda, enquanto fantasma de empréstimo do conservantismo civili-

zado, boneco "liberal" na ventriloquia da autocrática burguesia brasileira. O devaneio de principiar a integralização de classe dos trabalhadores reduz-se a miserável voto piedoso. Ao mesmo tempo, a empresa impossível de levar à completude o capital incompletável amesquinha-se, progressivamente, em simples e melancólico ativismo caudatário (Chasin, 2000, pp. 159-160).

A tese da *Via Colonial*, nesse contexto, auxilia sobremaneira na iluminação das causas dos vícios e das vicissitudes que assolam e flagelam as esquerdas brasileiras no terreno das contendas sociais e políticas. Compreendem-se, então, os problemas particulares da esquerda no Brasil não por uma reflexão de cunho moral ou pelo diagnóstico abstrato da incapacidade congênita à propositura revolucionária, mas pelo remetimento daqueles ao desenho da totalidade das relações sociais capitalistas em sua forma particularizada. Totalidade que pode aparecer, por conseguinte, agora, como conjunto particular de nexos de produção e reprodução do capital, que perfaz a *miséria brasileira*:

A junção entre o embrião maldito do capital incompletável (...) e a insubstancialidade teórica e prática da esquerda organizada, é a determinação da *miséria brasileira*.

Miséria brasileira é determinação particularizadora, para o âmbito do capital e do capitalismo de extração colonial, da fórmula marxiana de "miséria alemã". Compreende processo e resultantes da objetivação do *capital industrial* e do *verdadeiro capitalismo*, marcados pelo acentuado atraso histórico de seu arranque e idêntico retardo estrutural, cuja progressão está conciliada a vetores sociais de caráter inferior e à subsunção ao capital hegemônico mundial. Alude, portanto, sinteticamente, ao conjunto das mazelas típicas de uma entificação social capitalista, de extração colonial, que não é contemporânea de seu tempo. (Chasin, 2000, p. 160)

II

O quadro assim delineado da via particular de realização do capital no Brasil, não obstante bem caracterizado, restaria ele mesmo incompleto sem sua referência determinativa à reprodução do capital em sua forma completa, uma vez que a determinação do capital em sua figura atrófica se dá por sua ligação particular com o circuito principal do capital. Nesse âmbito, pode-se observar outra virtude teórica da tese da *Via Colonial*, dado que escapa tanto da tendência de assinalar unilateralmente as determinações externas, como o fazem certas posições do marxismo *terceiro-mundista*, quanto o contrário destas, que acentuam empírica e abstratamente o caráter vicioso das relações de produção e de suas *personæ* como tipos ideais. No primeiro caso, a incompletude do capital aparece como resultante de uma trama malévola do capital central, cabendo como resposta a enunciação de um *projeto de país*. No segundo caso, como ausência de *modernização* do circuito interno, a qual se cumpriria pelo caminho privilegiado das grandes armações de cunho político que tornariam

possíveis pactos e ajustamentos de posições para a reconfiguração do estado e dos liames societários.

Na recusa decidida tanto de uma quanto da outra ponta da concorrência acadêmico-ideológica, a propositura chasiniana procura compreender a incompletude do capital interno por sua referência necessária aos movimentos e inflexões do capital como sistema de produção global. Globalidade esta que se acentua e exerce uma sobredeterminação crescente quanto mais a rede inerente de interdeterminação da produção do capital – seja entre seus ramos, seja entre seus nichos geográficos – progride e tende à posição de si como *sistema da totalidade da produção humana*. A relação capital subordinante/capital subordinado, portanto, emerge como o segredo oculto pelos sortilégios do capital tanto do caráter necessariamente subordinador e assimétrico das relações entre economias quanto das carências e padecimentos imanentes a cada uma delas. Causa secreta que, certamente, sofre transmutação na forma das articulações – não sendo, portanto, lícito sustentar o *imperialismo* como categoria explicativa da realidade do capital mundializado –, mas que nem por isso torna o mundo do capital o *melhor dos mundos*, com a inauguração de uma meritocracia econômica de natureza simétrica em escala mundial. As economias não participam todas em um mesmo patamar do circuito de trocas múltiplas e multilaterais que caracterizam o mercado mundial:

É sabido que a mundialização do capital subsume formações sociais distintas e engendra desenvolvimentos desiguais e combinados. (...) O que importa ressaltar (...) é que pela *Via Colonial* da objetivação do capitalismo, o receptor tem de ser reproduzido sempre enquanto receptor, ou seja, em nível hierárquico inferior da escala global do desenvolvimento. Em outras palavras, pelo estatuto de seu arcabouço e pelos imperativos imanentes de sua subordinação, tais formações do capital nunca integralizam a figura própria do capital, isto é, são capitais estruturalmente incompletos e incompletáveis. (Chasin, 1989, p. 41)

Como totalidade de relações intereconômicas, a interação entre capitais, em suas formas subordinadas e subordinantes, exige essas modalidades como espaço de circulação e reprodução do capital global, isto é, a incompletude de umas como pressuposto da completude de outras. Portanto, o capital atrófico é incompletável em função da relação que mantém com o capital subordinante. A incompletude do capital atrófico é a condição de possibilidade para a reprodução do capital subordinante.

Julgamos estar aqui a chave para o entendimento do fim da *Via Colonial*, como modo particular de produção e reprodução do capital no Brasil. Esta se encerrou não em função de sua resolução, mas em função da reconfiguração do padrão de acumulação do capital, ou seja, da superação do capital monopolista pelo capital globalizado. Neste sentido, a subordinação brasileira se põe em outro plano: o desaparecimento do capital atrófico em função da integração desigual. Acabamento que não põe necessariamente a solução das inviabilidades, mas as repõe num nível novo

de determinação internacional do capital, a qual se buscará esclarecer a seguir.

Chasin observa, no texto "A sucessão na crise e a crise da esquerda", que uma superação da via colonial poderia se dar a partir de uma reorganização do "sistema de produção, [que,] sem perseguir a superação do modo de produção, [promoveria] a desestruturação dos aspectos mais gravosos da efetivação do capital atrofico e de sua (des)ordem societária" (Chasin, 1989, p. 47), configurada por ele no que denominou de *primeira transição*. Tal ocorreria no contexto de uma alteração essencial de algumas mediações-chave da organização do capital no Brasil, que indicaria a virtualidade, não a necessidade fatal, de uma superação, em longo prazo, do sistema do capital enquanto tal. Há que evidenciar, no entanto, que a *Via Colonial* não foi superada por uma reconfiguração interna, uma vez que não se deu a reorganização da produção, aludida naquela ocasião.

Chasin retoma a questão, na década seguinte, no texto "O poder do real", publicado como verbete relativo ao Brasil em *O mundo hoje 95/96*, apontando, por outro lado, as perspectivas de integração do país no atual padrão de acumulação capitalista, caracterizado pela produção e circulação globalizada. Entende a mundialização do capital como processo atravessado e enviesado por desenvolvimentos desiguais, marchas e contramarchas, "uma via geradora, em suma, também de contraditoriedades sem precedentes, tanto por seus conteúdos quanto pelo gigantismo de seus efeitos" (Chasin, 1996, p. 102). Atentando que não se trata apenas de uma mudança conjuntural de rumos ou de natureza geopolítica, mas de uma verdadeira metamorfose sistêmica, em que as relações de subordinação de capitais ganham a forma da interdependência financeira e da mobilidade incessante e incontornável dos capitais em suas diversas formas (mercadorias ou dinheiro em-si), o que reformula o circuito anterior, tornando impossível a manutenção do esquema antecedente, ao menos em sua integralidade e imediatidade:

O sistema produtivo nacional, desde sempre, encarnou seus perfis e o teor de suas modernizações subordinado aos empuxos dos pólos hegemônicos mundiais. Não é diverso o que se passa agora, diante da mais radical das revoluções tecnológicas, combinada ao quadro da globalização econômica. (Chasin, 1996, p. 102)

Nesse sentido, o Brasil sempre esteve inserido no quadro de uma economia internacionalizada. "Todavia, dada a qualidade e a envergadura destas e o próprio grau de desenvolvimento material alcançado no país, as margens de manobra nos ajustes e seus efeitos possíveis também se diferenciam, ao mudarem de natureza" (Chasin, 1996, p. 102). É importante ressaltar que Chasin chama a atenção para a mudança de natureza do processo de acumulação e reprodução do capital, a qual determina a mudança de natureza da subordinação brasileira. É, pois, neste sentido que se pode

entender o fim da *Via Colonial*, dado que,

Para o bem e para o mal, aqui se fecha e fica para trás um longo ciclo, cujas características dominaram a maior parte do cenário brasileiro neste século. Traços que, reduzidos ao essencial, conferiram ao país o semblante de uma entificação nacional que pelejava para completar sua formação capitalista, mas que reproduzia sempre, apesar da multiplicação das formas de crescimento e diversificação econômicas, a *incompletude de seu capital* e, por consequência, suas peculiares mazelas sociais e políticas. Toda essa problemática perdeu suas âncoras e se transfigurou, no bojo dos novos parâmetros internacionais do sistema de produção e circulação de mercadorias (Chasin, 1996, p. 104).

De modo que o fim da *Via Colonial* se deu em função do ultrapassamento da lógica do capital que a enformava: “os contornos de uma produção de mercadorias ainda delimitada ou de escala relativamente modesta, cuja circulação era efetivada, em regra, no âmbito bilateral de mercados mais ou menos restritos e cativos, sob a regência das potências centrais” (Chasin, 1996, p. 105). Devido a isso é que o receptor tinha de necessariamente ser reproduzido enquanto tal. Agora, em face da “produção ampliada a grandezas sem limites e o intercâmbio comercial elevado ao primado das *trocas infinitas e superpostas*, sem embaraços de fronteira” (Chasin, 1996, p. 105), as delimitações sistêmicas alteram as exigências do padrão produtivo interno do capital, não mais como potência subordinada diretamente, por meio do financiamento externo de sua reprodução, a um dado capital localizado, pois

crescer passou a supor a capacidade de ocupar nichos na infinitude da malha de produção atualizada, universo no qual os mercados interno e externo não mais se distinguem: ao capital social global corresponde agora o Mercado Único das trocas levadas ao paroxismo (Chasin, 1996, p. 105).

Chasin, por isso, considerava

impensável o Brasil dissociado das novas tecnologias e do mercado globalizado. Até porque, independentemente de todas as inconsistências peculiares com que as tenha percorrido até aqui, as trilhas do país sempre estiveram imbricadas nos avanços mundiais dos meios de produção e à dinâmica das trocas internacionais (Chasin, 1996, p. 104).

Em face disso, julgava que “no caso brasileiro, a transição demandada é antes uma regulação de caráter jurídico, por certo de largo alcance, do que uma reviravolta na essência das coisas” (Chasin, 1996, pp. 104-105), uma vez que o que ocorreu foi uma mudança de natureza na relação do Brasil com a dinâmica internacional. Outrossim, considerava:

O Brasil, no futuro imediato e palpável, é do grupo restrito de nacionalidades periféricas que maior proveito pode tirar da nova forma de acumulação ampliada do capital. Em verdade, não tem alternativa: ou participa desta *civilização* ou envereda pela estagnação degenerativa. Pelo seu porte econômico, cultura e modernização tecnológica e a recém-adquirida estabilidade política, tem inserção produtiva assegurada nos planos regionais e internacionais, inclusive pela experiência acumulada no comércio exterior. As reformas consti-

tucionais no plano econômico buscam homologia e coerência, em relação à nova lógica do sistema, dos movimentos financeiros e do fluxo dos investimentos, abrindo espaços às inversões nacionais e estrangeiras na alavancagem do crescimento. Pelo seu potencial, em uma década ou duas, o país poderá estar alçado em alguns graus no quadro dos mais abonados. (Chasin, 1996, p. 105)

III

Via Colonial é, portanto, uma particularidade de objetivação capitalista, relativa a um determinado padrão de acumulação do capital. É um modo particular de um padrão específico de universalidade do sistema do capital. Com a superação desse padrão, tem-se a conseqüente revogação do modo particular caracterizado pela *Via Colonial*. Com o seu "fim", conforme observa Chasin em um escrito postumamente publicado,

a lógica e as possibilidades do desenvolvimento autônomo capitalista desapareceram, mesmo como simples modernização subordinada, se restrito à dinâmica no interior das fronteiras nacionais, pois no perímetro destas só resta o latejamento de problemas, não mais a dinâmica das soluções. Na globalização as diferenças não desaparecem, é o que dramatiza a transição [de uma economia pré-globalizada para uma economia globalizada], mas não a susta. Todavia, a globalização na forma da alienação barra estruturalmente o saber humanista (Chasin, 2001, p. 74).

Alteração de padrão de acumulação que, entretanto, não significa uma cabal *transformação social*, com a revogação das formas características de ser social do modo capitalista de produzir a vida humana. É uma alteração da natureza do capital, daquele cujo centro da reprodução global se situava na relação *imperialista* ou *financista* entre capitais subordinados e subordinantes para aquele que se determina como arrimado no movimento multilateral dos capitais particulares, numa rede de interdependência crescente. Mas é também, e principalmente, uma mudança de natureza do capital. Ambiente de interdependência que não implica, por outro lado, a afirmação de uma indeterminação ou de uma equivalência, sequer aparente, entre os capitais que se trocam e circulam mundialmente. A chamada *globalização*, que outra coisa não é senão o conjunto dos movimentos de constituição do que Marx denominava de *Weltmarkt*, não coloca em pé de igualdade absoluta, senão na mera alçada formal, os entes da troca mundial; as diversas economias e a capacidade reprodutiva no tempo de cada uma delas. Processos econômicos nacionalmente dados e constituídos que são forçados a se adequar a determinados protocolos de universalização da produção capitalista. Protocolos que passam a exigir igualmente certas alterações de monta em mediações específicas, como a do equacionamento da produção e a da relação

desta com o estado.

Neste sentido, embora se tenha modificado a natureza da acumulação capitalista, embora tenha findado a *Via Colonial*, terá a burguesia nacional alterado seu padrão de comportamento? Quanto a isso, vale frisar, com Chasin:

A globalização não é uma política, nem a prática política tem força e capacidade para engendrar a globalização e as forças produtivas que, mais do que tudo, subjazem ao processo, a política não é capaz de engendrar ou de se contrapor à globalização. Por isso a política, na transição para a globalização, ou se torna seu agente inteligente ou brutal, ou se manifesta como agente perturbador de curto fôlego. (Chasin, 2001, p. 75)

A globalização aparece como processo inerente à lógica do capital, e não como forma de dominação política, não obstante tenha de engendrar a sua. O que está em marcha como processualidade contraditória de universalização da produção é um estágio complicadíssimo, em parte, inclusive, por sua natureza inicial, de acumulação mundial. Forma global de produzir e acumular que não se contrapõe ao capital, muito embora adense a ele novas modalidades de contradição de monta:

A globalização como efeito da acumulação de capital principiou com a formação dos estados nacionais a partir das cidades-estado. Do Renascimento aos dias atuais tivemos, então, estados nacionais, colonização, imperialismo, e agora a expansão alcança a circunscrição de todo o espaço planetário. Quem estiver ou ficar fora deixa de existir, pois tenderá a regredir e degenerar (Chasin, 2001, p. 75).

A tematização chasiniana em torno da *globalização do capital*, não obstante tenha levantado, em seus aspectos gerais, uma série de elementos e determinações centrais, permaneceu incompleta, até por conta da fatalidade da morte extremamente precoce de seu autor. O que demanda, da parte de quem deseja alcançar um olhar lúcido sobre as prospectivas humanas, uma compreensão objetiva da nova configuração do real, principalmente levando-se em conta os desdobramentos atualmente em curso – a primeira grande crise do mercado mundial. E isso é tanto mais urgente quando se observa como “solução” apresentada – seja pelos *sicofantas* de sempre do capital, seja pelos que ainda se arrogam “de esquerda” – nada mais nada menos que a administração político-moral do ambiente que gera, e não tem como não engendrar, crises e mais crises... Posição esta que pressupõe uma oposição abstrata entre *capitais especulativos* e *capitais produtivos*, como se os primeiros não pressupusessem os segundos e estes últimos nada mais fossem que a forma final da produção capitalista, ou seja, a meta dos capitais individuais invertidos na extração de *mais-valor*; a transformação final de capital-valor, na mercadoria, em capital como tal.

Referências bibliográficas

Chasin, J. A sucessão na crise e a crise da esquerda. *Revista Ensaio*. São Paulo: Ensaio, n. 17/18, 1989.

_____. "O poder do real". In: *O mundo hoje 95/96*. São Paulo: Ensaio, 1995.

_____. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. 2. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Una Editora/Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

_____. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

_____. "Rota e prospectiva de um projeto marxista". *Revista Ensaio Ad Hominem*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, n. 1, t. III, 2001.

